

Portugal - Uma velha Geografia

J. M. Pereira de Oliveira

Instituto de Estudos Geográficos e Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Resumo

Dá-se, inicialmente, um conjunto de informações de natureza histórica. Seguem-se alguns dados referentes à posição do País atlântico, no contexto da Europa: País ultraperiférico na *finisterra* ocidental. Depois, de forma enca-deada, muito sucintamente e a traços muito gerais, fala-se das características do campo português nas suas perspecti-vas variadas do aproveitamento que sucessivamente lhe foram dando as gerações e das paisagens que de tudo resultaram variadas de Norte a Sul. Seguem-se as questões demográficas e sua evolução com referência a certos tipos de causas e consequências.

Dão-se depois alguns aspectos do País Rural, das questões da propriedade do solo e suas vicissitudes até aos nossos dias. De uma forma analítica trataram-se depois os problemas das matérias-primas, os da energia, os das tecnologias, os dos capitais, enfim os da mão-de-obra.

Palavras-chave: Características do campo português. Questões demográficas. Problemas das matérias-primas, energias, tecnologias, capitais, mão-de-obra

Résumé

Portugal - Une vieille Géographie

On donne d'abord un ensemble d'informations de nature historique.

Se suivent quelques données relatives à sa position de pays atlantique, dans le contexte de l'Europe: pays ultrapériphérique dans la *Finistère* occidentale. Après, d'une façon enchaînée, très succincte et avec des traces aussi très généraux, on parle des caractéristiques des campagnes portugaises dans ses perspectives variées selon les profits et les arrangements que les successives générations leurs ont donné et des paysages que du tout on résulté différents du Nord au Sud. On continue avec les questions démographiques et son évolution avec référence à certains types de causes et conséquences. Après ça, on donne quelques aspects du pays rural; des questions de la propriété du sol et ces vicissitudes jusqu'à nos jours. D'une forme analytique on a traité après les problèmes des matières premières, de l'énergie, celui des technologies, finalement celui du capital et de la main-d'œuvre.

Mots-clés: Caractéristiques de la campagne portugaise. Problèmes démographiques. Problèmes des matières-primas, énergies, technologies, capitaux, main d'oeuvre.

Abstract

Portugal - An old Geography

First some historical information is given, followed by details about the position of this Atlantic country in the European context: the most peripheral country in western Europe. This leads into a brief general description of the characteristics of the Portuguese countryside and the different ways it has been used by successive generations, and of the landscapes that have turned out to be so varied, from North to South. Demographic questions are broached next, and their evolution in terms of particular causes and consequences.

Some aspects of rural Portugal are then discussed, including issues of land ownership and its vicissitudes, up to the present day. Questions of raw materials are examined next, as well as those of energy, technologies, capital, and the labour force.

Keywords: Characteristics of the Portuguese countryside. Demographic questions. Issues of land ownership. Questions of raw materials, energy, technologies, capital, labour force.

Portugal é um pequeno País que, como os demais, maiores ou menores, teve os seus ocasos e os seus brilhos.

A sua História, como expressão da vontade de se definir politicamente independente, remonta ao Séc. XI e começa verdadeiramente quando se torna Reino nos princípios do Séc. XII.

Atinge as suas fronteiras peninsulares actuais no Séc. XIII, com o Tratado de Alcanices em 1297, somente alteradas com a perda - aliás nunca oficialmente reconhecida - do pequeno território de Olivença, em 1801.

Nos Séc. XIV ao XVI, conhece o seu período da Descoberta e Expansão.

Navega ao longo, reconhece e regista cartograficamente toda a costa atlântica de África, ultrapassa o Cabo da Boa Esperança no Sul e percorre as costas do Índico até chegar à Índia onde se apoderou de Goa, Damão e Diu. Domina as rotas do Mar Vermelho ao Golfo Pérsico. Aqui conquista Ormuz. Por Ceilão e pela costa do Malabar, assenhoriou-se do Estreito de Malaca que domina ao conquistar a cidade que lhe deu o nome. Depois chega ainda ao Mar de Timor e pouco depois às costas do Japão, por volta 1511.

Em 1500 atingira já as suspeitadas costas ocidentais do Atlântico Sul e descobre o que viria a ser o Brasil. É muito provável mesmo que tenha chegado às costas da Groenlândia, com um capitão chamado Lavrador, entre 1492-1495 e, entre 1499-1500, ao Golfo do México, com um dos Corte-Real.

O Portugal de hoje, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, deixou de ter a expressão territorial que longamente foi criando e manteve. Agora está reduzido ao rosto atlântico da finisterra ocidental europeia, restando-lhe ainda os seus primeiros reflexos de nação marinheira, ancorados algures no meio do oceano fronteiro: os Arquipélagos da Madeira e dos Açores. Para além deles só resta a memória asiática de Macau e o complexo problema humano de Timor Leste.

Este pequeno País, situado na parte ocidental da Península Ibérica, na qual ocupa um rectângulo costeiro orientado N-S com cerca de 88.950 Km² a que se somam uns tantos mais dos arquipélagos atlânticos, tem na Europa uma posição que desde o seu início, como País independente, começou a dar forma ao seu destino marítimo. A 1215 Km de fronteira com a Espanha, no continente, correspondem 832 Km de costas de diferente recorte. A descoberta das desertas ilhas da Madeira e dos Açores, porém, não tendo acrescido mais do que cerca de 3100 km² à superfície total, pela sua posição engolfada no meio do Atlântico entre o Velho Continente e o Novo Mundo, trouxeram-lhe condições especiais que tiveram já, por mais de uma

vez, significado geo-estratégico e geo-económico evidentes.

Frente às costas portuguesas passam ainda, como há muitos séculos, em busca das Cassitérides, as grandes rotas comerciais que, do Leste e Sul, vindas do Mediterrâneo, ou pela rota do Cabo, provêm do Oriente ou vindas da América do Sul, se dirigem para, ou provêm da, Europa.

País periférico, e em parte ultraperiférico, em relação à Europa e principalmente à Central e à do Norte - que hoje claramente integra como um dos 15 membros da União Europeia - vem por isso continuamente tentando, lutando, para contrariar esse quadro que tão fortemente condiciona, com outros, o seu desenvolvimento.

Uma panorâmica geral do quadro físico do território português já dada, permite-nos agora passar a outra matéria.

Através da conjugação de diferentes aspectos fisiográficos que o Autor sabiamente encadeou, chegou Orlando Ribeiro a um enquadramento de *regiões naturais*¹.

Mas também muitas dessas condições gerais, na perspectiva da utilização dos solos resultante da sua longa apropriação pelas gerações sucessivas, lhe permitiram um ainda muito fiel *retrato* do espaço português.

Sem entrar em pormenores, podem reconhecer-se alguns dos traços mais significativos dessa longa apropriação. Por exemplo, a área do campo-prado, essencialmente criada com a introdução do milho grosso ou milho maiz, e com a sua associação ao feijão de trepar e à abóbora, alternando com a criação de erva para os animais em regime semi-estabular e que se juntaram à vinha de enforcado; a bivalência das montanhas do Noroeste entre o milho de sequeiro e a pastorícia de gado bissulco nas brandas e inverneiras; as culturas do arroz e as hortícolas, um pouco por toda a parte, mas altamente significativas nos planos aluviais do Tejo e do Mondego e alguns dos seus afluentes; as extensas áreas de montado mais ou menos denso, quer de *Quercus Suber*, o sobreiro, ou árvore da cortiça, mais sobre a fachada atlântica, quer do *Quercus Ilex*, a azinheira, mais para o interior, ambas marcando os Alentejos, no Sul do País e ocupando as terras galegas e as charnecas, dando cortiça ou engordando porcos e perus em pastoreios de bolota; os *ferragiais* nas ricas terras de barro, paredes-meias com as mais ferazes terras de pão onde nos restolhos pascem grandes rebanhos de ovelhas de lã branca a que se misturam aqui e acolá, algumas *chur-*

¹ RIBEIRO, Orlando - *Portugal. Mediterrâneo e Atlântico*. Lisboa, Sá da Costa, 3ª Edição, 1967

ras com o seu característico velo castanho a castanho-escuro; os imensos olivais e as extensas ou parceladas áreas de vinhedos, de Norte a Sul do território, com relevância para alguns, como por exemplo, os do Douro, isto é, o solar do afamado Vinho do Porto, ou os das regiões do Vinho Verde, do Dão, da Bairrada, do Cartaxo, de Borba, Reguengos, Vidigueira, Setúbal e Algarve, etc, etc.; as terras frias do centeio e da batata, nos solos pobres do Norte montanhoso e planáltico e os campos de trigo extreme ou complantado, sujeito a pousios em afolhamentos trianuais e às vezes mais, na Beira Baixa, no Alto e no Baixo Alentejo.

Todo um complexo esquema de utilização do solo, quicá, marcado por longos e quase imutados usos e costumes que, todavia, se podem ver paredes-meias, em contrastes insuspeitáveis, com as mais modernas e mais sofisticadas realidades da zoo e da fitotecnologia, da hidráulica agrícola e da motorização.

Pode dizer-se que Portugal, à excepção dos solos essencialmente alóctones dos plainos aluviais periodicamente inundáveis dos principais rios, Minho, Lima, Vouga, Cávado, Mondego, Lis, Tejo, Sado, Mira e Guadiana e alguns dos seus afluentes, são relativamente pobres, e em muitos casos são verdadeiros solos antrópicos, como as nesgas e manchas de "felgar" do fundo das dolinas e poljes feitas a partir das argilas de descalcificação ou *terra rossa*, enfim, os solos de areias litorais do fundo das rebaixadas *maceiras* do Noroeste, ou ainda os das Gafanhas no *haf-delta* de Aveiro. Um pouco por toda a parte, de forma mais suave, como no Noroeste ou mais espectacular como no Douro vinhateiro, o homem *refez* a topografia, engeiando as vertentes naturais e, mesmo no último caso, fazendo o solo a partir dos xistos que quebrou a alvião.

Portugal, numa certa medida, continua a ser - apesar das terríveis incidências de fogos devastadores - um território maioritariamente vócionado para a exploração florestal.

Este quadro muito sucinto da utilização dos solos nada mais pretende senão servir como base do que mais adiante tentaremos caracterizar como quadro geo-económico do País.

Pode rastrear-se o aparecimento do homem na Península Ibérica desde muito cedo. O mesmo se pode dizer para a área que veio a ser o território de Portugal. Há mesmo todo um espólio arqueológico que em dadas épocas faz dessa área uma das de maior ocorrência de vestígios, como é o caso do período das construções megalíticas.

Todavia, a demografia histórica, apesar da crescente importância que tem na historiografia portuguesa, não nos permite uma segura visão da evolução sofrida. São fragmentários e problemáticos os dados

directos ou indirectos que poderiam apoiar hipóteses mais seguras. No entanto, já no Século XVI se fez o chamado *Numeramento de 1527-1532*, espécie de recenseamento geral com preocupações que podemos considerar pré-estatísticas, embora com falhas irreduzíveis. De qualquer modo, só mais tarde, em 1864, digno desse nome e dessa preocupação se fez o primeiro. Outros até aos nossos dias se têm seguido, segundo um intervalo decenal a partir de 1890.

Pode dizer-se que a população portuguesa cresceu com moderação (+0,74% por ano, entre 1864 e 1981) mas, de facto, foram notáveis as variações de ritmo nesse intervalo. Esse crescimento variável é o reflexo de conjunturas de diferente natureza, tais como os efeitos da entrada de Portugal na primeira Grande Guerra 14-18, logo seguida de uma epidemia de gripe dizimadora de que resultou um crescimento natural negativo. Mais tarde, os acontecimentos das guerras coloniais, os exílios políticos voluntários e as fugas ao serviço militar que se somaram a aumentos significativos dos contingentes da emigração por causas sócio-económicas - agora para a Europa, especialmente França e Alemanha, abrandadas que foram as correntes tradicionais para o Novo Mundo - deram também um forte contributo, assaz negativo, ao balanço demográfico português. Por outro lado, nos anos 70 inicia-se um ciclo de transição e aos efeitos da paulatina quebra da taxa de fecundidade e consequente diminuição da natalidade e apesar das conquistas no campo da saúde e suas consequências nos índices de mortalidade geral e infantil, pode dizer-se que o tom geral da evolução é de crescente envelhecimento. A esperança de vida à nascença aumenta e a base das pirâmides etárias retrai-se.

Outras alterações de carácter geral, porém, podem ser ainda entrevistadas.

As densidades de população por unidade de área referente às circunscrições administrativas de base e a sua evolução têm também algum significado. Elas mostram pelo menos a permanência dos fenómenos migratórios internos (êxodo rural) e externos que já no Século XIV deram origem a medidas que pretenderam contrariá-los.

O sentido da evolução foi, por um lado, a tendência para a desertificação do interior, particularmente, do Alto e do Baixo Alentejo; por outro, o adensamento da fachada marítima de entre Minho e Sado, com particular relevo para os esboços das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, numa acentuação bem marcada do processo da bicefalia que começa a desenhar-se em torno das duas maiores cidades, embora em proporções diferentes e, quicá, do ponto de vista da organização dos espaços, com estilos diversos.

De uma forma talvez mais compreensível ainda, pode verificar-se que os sentidos e os valores dos saldos migratórios no intervalo entre 1973-1981 são claramente elucidativos. Importa todavia considerar que as duas áreas de máxima atracção - Porto e Lisboa - não se exprimem tanto em termos de crescimento das duas cidades, que é na verdade muito baixo, mas antes no do crescimento muito importante, mas em muitos aspectos caótico, dos seus arrabaldes próximos.

Um diagrama triangular, concebido em termos regionais segundo as "NUTs" da União Europeia, mostrou um outro aspecto da evolução demográfica que parece ser pertinente considerar desde já, pelo seu sentido específico.

Refiro-me à composição por sectores de actividades - primário, secundário e terciário - segundo a classificação clarkiana. A sua evolução permite indiciar o movimento geral e as suas consequências sendo certo que os desníveis dos diferentes pesos percentuais são sempre correlativos dos processos de transformação das situações da população activa e, concomitantemente, dos empregos por actividades e ainda das características funcionais das áreas onde ocorrem.

Antes de mais, é forçoso reconhecer um movimento genérico, diríamos normal, de diminuição do sector primário a favor dos outros dois. No cômputo geral do País essa evolução cifra-se, no intervalo considerado de 21 anos, de 1960 a 1981, em cerca de -23%.

Sintomaticamente, à excepção das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e ainda da Região Autónoma da Madeira, cuja evolução é claramente terciarizante, as demais unidades regionais têm um percurso praticamente linear ou com pequenas quebras, e o sentido da evolução é mais significativo para o sector secundário que para o terciário.

Em 1984, Diogo Abreu e Lucinda Fonseca¹, davam-nos a situação desta estrutura simples, mas significativa, da população activa portuguesa. Não é só o volume de emprego por sector e área considerada (a dos Distritos) que marca bem as diferenças entre o interior e o litoral, mas também a importância relativa do peso dos diferentes sectores, particularmente a diminuição do sector primário do interior para o litoral apesar de aí se encontrarem grosso modo as melhores terras de cultura, e de Norte para Sul tanto na fachada litoral como nas terras do interior. Os valores utilizados, no entanto, continuam a mostrar as mesmas

tendências que paulatinamente, de uma forma geral, vão no sentido da terciarização.

Um certo tom histórico-geográfico pode ter ficado como dominante no que antes dissemos, mas ninguém duvida que um País - aliás, qualquer País - não é somente um Futuro como também não é somente um Presente. Há traços fundamentais para a compreensão das realidades actuais e suas tendências evolutivas que são mais ligados que outros às condições físicas naturais.

Procurámos trazer o mínimo dos mínimos do quadro de condicionalismos a que as sociedades humanas não escapam, mas que, por isso mesmo, lhes aguçam o *engenho e a arte*, como disse o Poeta, e lhe permitiram, e permitem, imprimir a sua marca inconfundível na diversidade dos *meios naturais* tornando-os em múltiplos *ambientes*, isto é, *paisagens humanas* em contínuo devir.

Certas permanências no extremo e variado quadro das utilizações primárias dos solos, deixaram-nos ligar a nossa primeira parte ao campo das heranças culturais, com o seu peso nos ritmos da evolução havida e a haver.

Finalmente, duas ou três características tendenciais da evolução demográfica, base do factorial maior das dinâmicas diferenciais da geoeconomia, permitiram também uma iniciação do que agora - infelizmente também sem grande tempo para aprofundar - pretendemos fazer.

Como forma mais consentânea com a disponibilidade de tempo e o cariz desta simples intervenção, sem ter a pretensão de ser exaustivo, tentaremos passar em revista alguns dos traços maiores do quadro da geoeconomia portuguesa, seguindo um molde clássico, ainda que, sempre que possível realçando a interpenetração e a solidariedade dos factores e dos factos da Economia, da Sociologia e da Geografia, na dinâmica das realidades portuguesas e particularmente na perspectiva actual, evidentemente resultante da integração no Mercado Comum Europeu.

Podemos certamente começar por uma vista de olhos sobre as características e os problemas da geoeconomia do sector primário.

Antes de mais, comparativamente, e quanto à agricultura, como já o disse noutra ocasião (1991), sabemos que os doze países europeus da C.E.E. tinham uma área agrícola (AA) de cerca de 58,9% da sua área total (TA). Os últimos números de Portugal mostram que 41,7% do TA é usado para a agricultura/floresta e que, a parte da floresta representa à volta de 32,0%. Isto significa ter de pensar em termos de 9,7% como sendo actualmente terra utilizada na agricultura. Estes valores certamente incluem pastagens de floresta, ambas, naturais ou artificialmente criadas. Isto pode

¹ ABREU, Diogo e FONSECA, Maria Lucinda - "Transformações na estrutura da população portuguesa, 1970-1981". *Finisterra*, Vol. XIX, nº 37, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1984, pp. 129-136

dar-nos uma ideia, no entanto, a maior parte da restante continua a não ter características agrícolas comparáveis com as que se podem encontrar em grande parte dos doze 58,9%.

Mas é necessário ainda ver outros aspectos.

Antes de mais, comparada com outros Países da U.E., a % do PIB em 1986, referente ao sector primário, era ainda relevante ao atingir 9%, contra 39,3% do sector secundário e 51,7% do terciário. Por outro lado, lembre-se, todavia, que, 26 anos antes, de 1960 a 1966, em seis anos pois, a % da população activa no mesmo sector primário evoluiu claramente de 43,9 para 21,9%, o que significaria também, em princípio, ter certamente havido uma diminuição, embora não necessariamente proporcional, do peso deste sector na formação do PIB geral. Porém, esta autêntica sangria nos primeiros seis anos dos anos 60 é um terrível exemplo do êxodo rural, com motivações que, para além das de raiz sócio-económica, se perfilaram maciçamente as da fuga às guerras coloniais e as fronteiras oposições políticas, que não se traduziram de forma nenhuma por uma equilibrada proporção na formação do PIB.

Mas não devemos esquecer que aqueles valores são compósitos, pois incluem as actividades normalmente designadas por agricultura, pecuária e exploração florestal, nas suas várias formas, e a pesca, ainda que a grossa fatia dependa essencialmente da agricultura. De qualquer forma é evidente que o peso deles, apesar da evolução recente, está longe ainda de ser satisfatório e denunciam, de certo modo, estruturas de travagem do desenvolvimento que não só do crescimento económico.

Com base nos elementos estatísticos disponíveis através dos recenseamentos Agrícolas e de Pecuária é possível dar uma ideia das diferentes situações no intervalo considerado.

Os tipos de estrutura agrária estão muitas vezes na base desses bloqueios e nem sempre certas evoluções explicam tudo. Por exemplo, em termos de evolução no intervalo com valores disponíveis e comparáveis, de 1968-1979 e em %, o panorama é o seguinte (Quadro I):

Quadro I

Escalões	% Nº Explorações	% da Superfície Agrícola Útil
< 4 ha	4,7	25,1
de 4 a 50 ha	-4,5	-9,6
> 50 ha	-0,2	-0,6

Só para considerar os tempos mais próximos, veja-se, por exemplo, o significado da evolução global da população activa nos três sectores de actividades, bem como do seu significado no PIB, expressas em %.

O total das populações activas retidas referem-se aos anos de 1960 e 1986 e o PIB é o de 1986. No que respeita aos Sectores 1º, 2º e 3º, notamos as diferenças positivas ou negativas dos valores entre os dois anos considerados e ainda quanto ao PIB, as diferenças, neste caso sempre crescentes.

Verifica-se assim que, no Sector 1º a % da PAT¹ diminuiu -22% com um PIB de 9%; no Sector 2º a % entre 1960 e 1986, a PAT que o aumento foi de 5%, com um PIB de 39,3% e finalmente, no Sector 3º a % da PAT aumentou 17% com um PIB de 51,7%.

Por aqui se vê quanto a evolução se tem feito no sentido, diremos normal, da *terciarização*, tanto mais que isso significou, por exemplo, que o crescimento do sector industrial tenha sido dos maiores conhecidos no conjunto dos 12 da Europa da U.E. (1986). De facto, considerando o conjunto de 6 anos, exactamente 1975, 1980 (Ano Base), 1983, 1984, 1985, 1986 e comparando o conjunto da C.E.E com Portugal, verificou-se o seguinte, em diferenças da evolução. As diferenças em %, comparadas entre este conjunto e o de Portugal ao longo de 6 anos, tomando como Ano Base 1980, o valor de 100%, foi sempre crescente no conjunto da C.E.E.; em contrapartida, cresce de 1975 até 1983, em 1984 decresce uma décima, em 1985 cai bruscamente para 18,3 para subir novamente em 1986 para 123,4. Estas alterações são sem dúvida resultantes das consequências das políticas da futura União Europeia, dos seus tratados, particularmente nas oportunidades dadas pelos investimentos de apoios aos diferentes 3 Sectores, mas certamente também ao auto-investimento interno no nosso País entretanto tornado membro por direito próprio depois da sua admissão mas mesmo já como resultado dos apoios dos fundos europeus antes desse facto postos à disposição dos governos nacionais.

Podiam certamente ainda ver estes factos mais amiudadamente sob outros ângulos, mas a extensão a que levaria seria incompatível com o *timing* proposto.

Vejamos pois o segundo aspecto atrás indicado, ou seja as actividades de turismo em Portugal como expressão, não única mas relevante, da geoeconomia do Terciário.

Uma pseudo reforma agrária no Alto e Baixo Alentejo, após o 25 de Abril, com todos os seus episódios positivos mas também os fortemente negativos, não conseguiu modificar claramente a situação e, enfim, é uma das mais pesadas heranças do passado. Mas não se pense que essa herança vem simplesmente de um passado recente, pois pode rastrear-se até pelo

¹ População Activa Total

menos à dominação da Península pelos Romanos e até talvez mais longe. Foi agravada depois na passagem do Ancien Regime para o Liberalismo Português, com as leis da amortização - para não dizer da espoliação - dos então chamados bens de mão morta, que eram património da Igreja e particularmente das seculares Ordens Religiosas, incluindo aquelas de monjes-cavaleiros fronteiriços que haviam ajudado os Reis fundadores a expugnar esses espaços ao serviço da coroa portuguesa.

Incapaz de realizar uma reforma agrária então (1834) e com os cofres do erário público exauridos, o Estado vendeu as terras que lhe tinham vindo à posse daquela maneira, a quem quis e pôde comprar e, como resultado, a superfície média da propriedade, sobretudo no Alentejo, aumentou ainda mais. Depois, sucessivamente, foram os casamentos de conveniência, baseados nas tentativas de aliança entre famílias, que vieram ainda favorecer a tendência para a concentração.

Pior ainda, o individualismo e o direito sucessório, foram responsáveis também por uma outra característica não menos importante para a compreensão da blocagem da evolução. Apesar das tentativas de algum significado consequente, dos morgadios e outras formas pouco populares e iníquas de facto, e até às perversões, usadas e abusadas, do normativo, a propriedade tendeu sempre a concentrar-se nas mãos dos poderosos - classes da nobreza e da Igreja, no princípio - por um lado e, por outro, a dividir-se quase infinitamente pelas contínuas partilhas entre herdeiros, multiplicando-se assim o número de parcelas e blocos por exploração, enquanto se alterava diferentemente para menos a área média das mesmas.

No entanto, como é natural, não foi por igual o que se passou em todo o território. Quanto às tendências espaciais no intervalo já referido, pode realmente dizer-se que houve significativo aumento do número de explorações em 4 distritos, com especial destaque para o de Santarém (+18,8%) onde já existiam entre 65 a 70.000 explorações, ao passo que os demais distritos diminuíram todos entre 0% e 13% e a sua distribuição no território estendeu-se praticamente do Minho ao Algarve.

Mais uma vez, porém - com a excepção do de Vila Real, em Trás-os-Montes - os de menor diminuição do número de explorações ficam situados na fachada atlântica: nos de Coimbra, Lisboa e Setúbal. Este desequilíbrio também se nota na distribuição geográfica em relação a vários escalões da superfície média das explorações.

No entanto, os mais graves bloqueios podem ser ainda considerados noutras perspectivas cuja análise se torna aqui incompatível para além da sua enumera-

ção pura e simples, mesmo segundo uma ordem que parecesse lógica.

Todavia, para não lhes tirar mais tempo, permito-me remetê-los para a leitura de um pequeno trabalho de síntese que apresentei há tempos na Haia, Países Baixos, e intitulei *Portugal and the E.E.C. - Agricultural Problems*.

Mas poderia, por exemplo, acrescentar algumas considerações sobre dois ou três aspectos mais, cuja natureza, não sendo propriamente do âmbito da agricultura, é muito difícil separar desta, tanto mais que em grande parte nos aparecem ainda fortemente ligados tanto de um ponto de vista económico como da organização espacial.

É o caso da velha agricultura camponesa de subsistência e até mesmo de mercado local ou regional restrito, onde eram inseparáveis, numa mesma exploração, a agricultura, a pecuária e a floresta, naturalmente em dimensões modestas.

A mecanização, a fito e a zootecnologia e a progressiva racionalização das empresas agrícolas, vieram alterar a monotonia deste quadro mas muito dele ainda subsiste e pesa no horizonte da evolução.

Mas é evidente que a floresta, por exemplo, adquiriu um peso crescente na economia nacional, enquanto a pesca com muita dificuldade sai das formas artesanais¹ onde tem permanecido durante séculos. É fácil ver em Portugal não muitas, mas algumas unidades pesqueiras armadas com os mais sofisticados progressos técnicos, ao mesmo tempo que algumas companhas fixas ou de ocasião, usam ainda as velhíssimas xavegas (rede de arrasto para terra) cujas origens se perdem na memória dos tempos mediterrânicos.

Em relação a estes dois aspectos ainda se falará mais adiante.

Uma última palavra simplesmente para realçar o significado da geoeconomia vinhateira de Portugal.

Não seria preciso falar nisso para que todos aqui, certamente evocassem, por exemplo, os Vinhos do Porto e os da Madeira ou até os de outras regiões demarcadas como sejam as do Vinho Verde, dos vinhos de Mesa do Douro, do Dão, da Bairrada, das pequenas regiões da área de Lisboa, de Setúbal, do Alentejo e do Algarve.

Na economia portuguesa é muito importante, pois, além de ter um consumo interno relevante, quicá de elevada capitação, a produção dos vinhos de qualidade pesa na balança comercial externa de forma

¹ Mesmo no caso da pesca longínqua, especialmente do bacalhau, a característica foi sempre uma espécie de união entre técnicas mecânicas e técnicas artesanais.

significativa, com os seus cerca de 70% da produção exportada.

Naturalmente a geoeconomia nacional não é simplesmente a que respeita ao sector primário.

O sector secundário, pela natureza das actividades que o compõem, tem de ser considerado, mesmo que singelamente, pelo menos sob dois ângulos fundamentais. O primeiro refere-se à produção. Não há qualquer necessidade de fazer aqui, nem sequer em termos de um refrescar de ideias e conceitos, alguma consideração sobre os factores de produção e de todas as circunstâncias que os podem envolver. Pretendo dizer simplesmente que as minhas palavras deverão ser entendidas numa perspectiva de geógrafo, portanto, à luz de um quadro estritamente de Geografia Económica e não de uma Economia Geográfica, embora, como se compreende, tentando sempre confrontá-los com as leis gerais da Economia.

De uma forma analítica sistemática, creio que será compreensível ordenar as nossas considerações da seguinte maneira:

1. Problemas das matérias-primas
2. Problemas da energia
3. Problemas das tecnologias
4. Problemas dos capitais.
5. Problemas de mão-de-obra

Assim:

1. Portugal, do ponto de vista das matérias-primas é um País de fracos recursos.

No que diz respeito a recursos mineiros, para além das fracas produções, em Trás-os-Montes, nos distritos do Porto, Setúbal, Évora e Beja, de minérios de chumbo, zinco, prata, estanho, manganésio, antimónio e poucos mais, pode dizer-se que ainda têm algum significado relativo, a clássica extracção de volframite, que durante a 2ª Grande Guerra se fez de forma caótica e pouco racional, no Norte e Centro; a extracção do ouro, nas minas de Jales, Trás-os-Montes, já exploradas pelos Romanos; os minérios de ferro de relevante quantidade mas de difícil tecnologia de exploração e problemas de transporte e, nos distritos de Setúbal e de Beja, as conhecidas minas de pirite e de cobre de Aljustrel e Neves-Corvo, também já exploradas no tempo dos Romanos, no Alto Sado; e, finalmente, os minérios de urânio da Urgeiriça, do distrito da Guarda e do Alto Alentejo, cuja produção é regular e, para o minério de que se trata, relevante não só económica mas estrategicamente.

Naturalmente, os produtos de origem vegetal, nomeadamente os de origem florestal, como os de origem agrícola e pecuária, pesam de algum modo no

conjunto das indústrias que em Portugal os utilizam e transformam.

São as indústrias da celulose e de pasta de papel, mas também as do mobiliário e da construção civil, para os primeiros, e as indústrias alimentares, muito variadas, para os segundos.

A pesca, por seu turno - e além do abastecimento a fresco nos mercados diários - foi, e ainda continua a ser, matéria-prima para as conservas. Também sob esta forma as conservas de frutos têm ainda algum significado mas perderam, é sabido, a posição que tinham, por exemplo, no cômputo das exportações portuguesas, aliás como várias outras, como por exemplo as de tomate, que deixaram de ser competitivas, no preço que não na qualidade, em função do aumento do custo de mão-de-obra, após o 25 de Abril.

Ainda uma última área de relevante interesse é a das corticeiras, cujo nível de produção da cortiça e dos produtos seus derivados continua a ter uma posição cimeira, como maior produtor mundial e muito significativa na balança comercial portuguesa.

Convém ainda referir as indústrias cimenteiras que aproveitam os calcários, como é o caso dos fornos no distrito de Coimbra, de Maceira Liz, no de Leiria, e o da Serra da Arrábida, no de Setúbal que, pode dizer-se, com uma produção suficiente para as necessidades, particularmente ligadas à construção quer do crescente parque habitacional, quer de obras de arte ligadas à crescente rede rodoviária, quer à das pontes e obras portuárias.

2. Do ponto de vista da energia, também Portugal é de fraquíssimos recursos. As antracites de São Pedro da Cova e do Pejão, no distrito do Porto, que têm diminutas reservas e que, sobretudo, são de difícil extracção, a que se podem juntar as reservas de linhetes de Rio Maior, não podem significar nada na crescente exigência energética da industrialização. Os 2,6 milhões de toneladas do consumo de há três anos, são hoje praticamente todos importados e só representam 6% do total da energia necessária!

Por outro lado, sem hidrocarbonetos, Portugal tem necessidade da sua total importação em bruto, a qual depois é tratada, actualmente, em duas refinarias, situadas uma no Norte, em Matosinhos, perto da cidade do Porto, e outra a Sul, em Sines, na costa alentejana.

Cerca de 95% da energia total consumida no País é importada sob a forma de fontes primárias de energia, mas também em espécie, em épocas de défices. Afinal, neste aspecto, a parte mais importante da produção nacional de energia é ainda a de origem hidroelétrica.

Os sistemas do Cávado-Rabagão, os do Douro nacional e internacional, do Mondego, do Tejo-Zêzere, do Sado e do Mira, com as suas 26 barragens de potência igual ou superior a 80 MWh/ano, correspondem a um esforço de investimento muito grande e verdadeiramente muito mais significativo do que a função supletiva das três centrais termoeléctricas existentes no Carregado, em Lisboa e em Sines.

Apesar de haver um projecto de plano de produção de energia termonuclear, até ao momento nada foi adiantado. Fortes lobbies de vários cariz, ecologistas e políticos, têm entravado essa opção.

Outrossim, o projecto de uma distribuição no País de gás ao domicílio - que até há pouco só existia em Lisboa-cidade - provindo inicialmente de jazidas francesas mas actualmente de origem argelina, feito através de uma rede de gazodutos, está em adiantada implementação. Pela sua dimensão e custos previsíveis, implicou uma difícil concertação de interesses entre a Argélia, a Espanha e Portugal. Por outro lado, ainda relacionado com a produção de energia, e no particular da energia hidroeléctrica, radica no facto dos cursos de água, quer no que respeita aos caudais - variáveis, como é normal - no caso da Península Ibérica, dada a sua posição no contexto das condições fisiográficas e climáticas, só podem ser imaginados em conjunto pois que além das barragens nacionais e os usos que as águas fluviais têm necessariamente, implicam arranjos político-administrativo sob critérios de respeito pela necessidade de permitir quotas-partes das águas fluviais que escorrem em direcção ao mar nas costas portuguesas embora as quedas de chuva se façam no território vizinho.

3. Um outro aspecto fortemente negativo da industrialização portuguesa é também a necessidade de importação de tecnologia.

Se num ou outro ramo se pode dizer que a invenção tecnológica de origem nacional tem alguma relevância, uma certa falência no plano da investigação científica que a ela poderia ter conduzido e uma incapacidade concomitante de competir com os mercados mais activos das tecnologias, marcam essa outra blocagem endógena.

Todavia, a abertura aos investimentos externos, uma prática que se alargou e somou ao recurso legal à tecnologia associada à aquisição de maquinaria, aparelhagem e mesmo de projectos de produção diferenciados, tem permitido dar ao esforço de industrialização um impulso notável. Por exemplo, de 1953 a 1970, pouco antes do 25 de Abril e do início da chamada 1ª crise do petróleo - o crescimento da produção industrial foi de +8,5 % por ano, mas de 1970 a 1977, atingiu um crescimento de +60%, muito superior ao

crescimento global da C.E.E. de 1980 a 1986, que foi de +5% ao ano, ou seja, 30% nos sete anos considerados.

4. O problema dos capitais é outra, senão a principal, pedra de toque para a compreensão do quadro industrial português.

Pode, antes de mais, dizer-se que a indústria portuguesa, em grande parte e com uma ou duas excepções, sofreu sempre duma carência estrutural de capitais.

Apesar de um império ultramarino, não se quis ou não se foi capaz de, a exemplo de outros, tirar partido e acumular capitais com os quais depois se desenvolveriam amplos estaleiros industriais, multiplicando assim os rendimentos primários daqueles espaços de outras plagas longínquas.

Gastou-se talvez mais em vidas e cabedais nessas paragens, do que afinal os frutos que nelas se colheram a favor da metrópole. Naturalmente houve excepções, mas contam-se pelos dedos de uma mão, passe a expressão.

Porém, é muito difícil, e sobretudo moroso, aperceber-nos de todos os complexos mecanismos da formação histórica e multiplicação dos capitais. O problema português não é o menor deles todos e, mesmo, o volume médio de capitais que são seu padrão (ainda que se saiba que, praticamente, tem sido sempre crescente) é, de facto, de dimensão relativamente pequena no contexto, por exemplo, da Comunidade.

Para um intervalo de oito anos, embora um tanto aleatório, 1971-1979, o quadro das intenções de investimento ajuda a fazer uma ideia dos ritmos e das características de sensibilidade do crescimento industrial em Portugal. De sublinhar que este período contém, não só as consequências da 1ª crise do petróleo mas também as da Revolução do 25 de Abril e estas foram particularmente influenciadoras da evolução das indústrias em Portugal.

Infelizmente apesar de se dispor já de valores comparáveis em período mais recente, particularmente, como interessava, desde que Portugal passou a integrar a C.E.E. e mesmo antes, quando começou a beneficiar dos Fundos Estruturais de apoio ao desenvolvimento e dos efeitos multiplicadores e indutores de outros financiamentos, quer internos quer externos, como se vem há uns tempos para cá a verificar e mesmo os paulatinos movimentos de retorno de capitais que fugiram para o estrangeiro aquando das nacionalizações maciças do 11 de Março e que só agora começam a adquirir a confiança necessária, a sua análise ultrapassa a intenção, retida de base, de um apontamento deste género.

5. Pode dizer-se que, se alguma coisa, em termos genéricos, não faltou nunca a Portugal foi a mão-de-obra; mas também é verdade que se alguma coisa falta, em termos específicos, e com o respeito pelas excepções muito honrosas, é a mão-de-obra especializada, quadros médios e superiores, capazes de responder com segurança e tempestivamente aos desafios da competitividade dos mercados¹. São, pelo menos - a avaliar pela procura diária - as carências diversificadas, de especialistas habilitados, criativos e empreendedores, capazes de dar os impulsos necessários para enfrentar os desafios do presente e mesmo os da previsão do futuro, os quais hoje se põem com crescente acuidade às empresas e que as tornam rapidamente obsoletas e inviáveis quando se deixam estiar pelas rotinas.

Os 6 recenseamentos decenais, 1890, 1930, 1950, 1970 e 1981, permitiram fazer uma ideia da evolução. O recenseamento de 1991 permitiu dar conta das alterações e sobretudo mostrou os efeitos da retoma de um ritmo de crescimento que, se algumas crises internacionais, como as do petróleo, mas também a mais recente de todas, que foi a da chamada Guerra do Golfo, perturbaram, nem assim conseguiram fazer regredir, tanto mais que o verdadeiro significado aparente da década de 90 é sem dúvida o refazimento da confiança dos agentes económicos na perspectiva que se lhes abre não só no âmbito do Mercado Comum Europeu mas também no das relações comerciais com outros parceiros, fora do conjunto dos 15².

A geoeconomia portuguesa do sector terciário, isto é, dos comércio e dos serviços, seguiu uma evolução comum ao longo dos tempos.

No século XIV, pretendeu-se contrariar a tendência crescente para o abandono da vida rural que trazia ao País graves problemas de abastecimento. Argumentava-se com o absentismo dos senhores das terras os quais, por seu turno, contra-argumentavam com o facto de que, cada vez mais, havia menos quem as quisesse trabalhar, pois que - diziam - se fugia para as cidades portuárias do litoral, onde aumentavam os tráfegos marítimos, na esperança de um enriquecimento rápido.

A Lei das Sesmarias veio tentar sustentar esses movimentos. Ela previa a entrega pelos senhores das terras - quaisquer que fossem - a quem as quisesse trabalhar. Tudo na esperança - aliás frustrada - de os fixar à terra e assim proverem às necessidades do País.

Naturalmente, nesses tempos, foram os artesanatos, os mesteres e os comércios, as actividades que engrossaram com esse êxodo rural.

Os serviços foram-no também, mas em muito menor escala.

A vaga de fundo da Revolução Industrial chegou tardiamente a Portugal. Antes dela, certas concepções da economia, após o ciclo do comércio dos chamados coloniais, que alguns homens mais viajados e ilustrados trouxeram à Europa, deram origem a políticas de fomento industrial de um interesse que ultrapassa o problema histórico inerente. Todavia, a burguesia portuguesa - ao contrário do que aconteceu noutros Países - não teria vocação para a indústria - como pensava Jacome Ratton - e, continuando as suas actividades comerciais, deixou a outros, principalmente estrangeiros, as iniciativas de alguns interessantes empreendimentos pioneiros.

Se continuarm a ser ainda os comércios de vários tipos e dimensões as actividades que mais atraíam os rurais, e que criavam maior número de empregos, é indubitável que, pela leitura de estatísticas, registos e outras formas de expressão indirecta, a pouco e pouco as actividades secundárias crescentemente aparecem no tecido empresarial português.

De qualquer forma, é na segunda metade do século XIX, claramente - apesar de algumas vicissitudes - que se exprime o progresso do sector secundário quando, por arrastamento também (e mais tarde, já nos nossos dias, por razão própria), o sector terciário começava a dar mostras de uma maior independência e os ritmos de crescimento diferenciaram-se.

A título de exemplo, refira-se o caso do crescente comércio do Vinho do Porto e, na sua raiz, da agricultura vinhateira do vale do Douro, com as medidas protectoras do Marquês de Pombal. Foi uma das fontes da capitalização que veio a permitir, um pouco mais tarde, a criação da banca e, na sequência, o primeiro surto palpável das implantações industriais da área da cidade do Porto, num curioso ciclo de solidariedades económicas entre actividades dos três sectores.

Há porém que referir, dentre as actividades do sector terciário, pelo menos duas, cuja relevância, por diferentes motivos, me parecem ser agora e aqui muito importantes. Refiro-me às infra-estruturas viárias e aos transportes que elas suportam, por um lado, e às actividades turísticas, por outro.

A literatura da especialidade, e mesmo a de ficção, até meados do século XIX, dão-nos um retrato verdadeiramente confrangedor do sistema rodoviário português, se assim se lhe podia chamar.

Mousinho da Silveira, com uma notável visão do futuro e uma compreensão profunda do significado das

¹ Na data em que se rescreev estes apontamentos muito gerais, importa dizer que de então para cá um esforço no sentido de corrigir aquela situação, começou já a dar os seus resultados.

² Como é sabido, actualmente (2005) a chamada União Europeia é a designação actual que sucedeu à C.E.E.

facilidades de comunicação para o desenvolvimento do País, é o grande fomentador e mesmo executor, de uma política de planeamento e implementação do primeiro plano rodo-ferroviário do País.

A velha estrada romana, entre Olissipo (Lisboa) e Bracara Augusta (Braga), que durante tantos séculos viria a confundir-se com alguns traçados medievais daquela que se chamou até muito tarde Estrada Real, viria a ver-se, senão de todo substituída, secundada com grande vantagem, para a época, pelo sistema que ainda hoje, apesar de tudo permanece.

Com uma vigência de mais de um século, ainda funciona nos nossos dias, em precárias condições quando, agora, mercê dos subsídios provenientes dos fundos FEDER da C.E.E., um novo Plano Rodoviário Nacional está em vias de se concluir.

Naturalmente não são simplesmente os eixos hierarquizados do sistema rodoviário que tudo significam. Pelo contrário, este conecta-se com outras infra-estruturas entretanto implementadas, como as da remodelação e rendabilização, electrificação, modificação do material rolante e do fixo de suporte, remodelação empresarial, etc. da velha rede ferroviária portuguesa, que remonta ao último quartel do século XIX, mas ainda da rede dos transportes aéreos e das suas infra-estruturas de base e, principalmente, da criação (Sines, Nazaré), da remodelação e adaptação tecnológica racional de alguns dos portos marítimos e penamarítimos, enfim, a própria adaptação à navegabilidade dos rios (Douro). Todo este actual esforço de reactivação das circulações e dos tráfegos, inscritos na perspectiva da integração europeia dos 15 e com o apoio dos seus fundos, têm, e ainda continuarão a ter, efeitos indutores multiplicados no sentido da terciarização.

Só para considerar os tempos mais próximos, veja-se por exemplo, o significado da evolução global da população activa nos três sectores de actividades bem como do seu significado no PIB, expressas em % (Quadro II).

Quadro II

População Activa Total	Sector 1º %	Difª %	Sector 2º %	Difª %	Sector 3º %	Difª %
1960	43,9		29,1		27	
1986	21,9	-22	34,1	5	44	17
1986 PIB	9		39,3		51,7	

Por aí se verá quanto a evolução se tem feito no sentido, diremos normal, da terciarização, tanto mais que isso não significou, por exemplo, que o crescimento do sector industrial tenha sido dos maiores conhecidos no conjunto dos 12 da Europa da U.E. (1986) (Quadro III).

Podiam certamente ainda ver-se estes factos sob outros ângulos mas, em boa verdade, pela exiguidade do tempo disponível pouco poderíamos acrescentar.

Quadro III

População Activa / Anos	C.E.E. %	Difª %	Portugal %	Difª %
1975	84,8	-15,2	70,8	-14,8
1980 (a)	100		100	6,8
1983	97,8	-2,2	106,8	-0,1
1984	99,9	1,1	106,7	-0,1
1985	103,3	3,4	18,3	1,6
1986	105,3	2	123,4	5,1
1975-1986/ano		1,8		4,7

Vejamos pois o segundo aspecto atrás indicado, ou seja, as actividades turísticas em Portugal como expressão, não única mas relevante, da geoeconomia do terciário em Portugal.

Se, como diz o geógrafo francês, François Guichard, bom conhecedor de Portugal, "o turismo em Portugal está em franca expansão" ao mesmo tempo que o considera por várias das suas características "um turismo de vizinhança europeia, familiar, convivial, mais que um turismo de longa distância, exótico, de luxo ou de grande prestígio - à excepção do caso particular da Madeira", o que não há dúvida é o facto de os seus resultados económicos significarem enormemente no plano do equilíbrio da balança externa portuguesa e, de um modo notório, em praticamente contínuo crescimento.

O poder inductor destas actividades é de tal significado que vai espelhar-se desde o campo das produções agrícolas (caso das frutas, das flores e dos vinhos e outras bebidas alcoólicas ou não), como no das produções industriais de transformação (electrodomésticos de hotelaria, mobiliário, construção civil, tecidos, cerâmicas, indústrias vidreiras, metalomecânicas, conservas e outras indústrias de produtos alimentares, etc, etc.) e ainda uma infinidade de comércios e serviços logísticos de apoio ao turismo, que seria moroso tentar aqui indicar sequer os mais significativos.

Por outro lado, não podem deixar de ser considerados certos aspectos particulares do turismo que em Portugal têm tido vigência de certa importância. Penso particularmente no caso do turismo de motivação religiosa, tal como sucede com o Santuário de Fátima, mas não é menos de considerar, ressalvadas as diferenças, não só de motivação, mas de número, do turismo de génese termal, que aliás actualmente conhece um surto de crescimento.

Não vale a pena referir que, à excepção das motivações religiosas e de tratamento termal, os dados naturais (praias de areias finas e douradas, um mar acolhedor e sem temperaturas enregelantes, um sol brilhante e quente, temperado por brisas suaves e refrescantes, pacíficos rios em vales de topografia doce e mansa ou espadanantes e piscosos ribeiros e tantas e tantas outras e variadas paisagens repousantes) ou os dados humanos (a conhecida e franca hospitalidade das gentes, o colorido dos trajes e a garridez do folclore, o gostoso da culinária e a excelência dos vinhos, a singeleza das pequenas casas coladas aos matizes dos verdes das paisagens, como quase pinturas de criança, a austera e granítica solenidade suave dos solares e velhas casas senhoriais, o recorte alacre e multiforme dos arraiais, das festas, das feiras e mercados com o seu colorido próprio, enfim, todo um caldeado e longínquo património artístico, histórico e cultural, infelizmente nem sempre bem conservado, mas gritante no romantismo das suas vetustas e nobres ruínas, os museus, os castelos, das catedrais românicas aos atrevimentos góticos do manuelino, dos arrojos do barroco à pureza das rústicas capelas culminando o pitoresco de aldeias e lugares, o bolicho das suas cidades, alvas de cal no Sul e esmaecidas em tons de pastel, de brilhos luminosamente crus ou vestidas de brumas de sensibilidade e mistério) fazem deste pequeno País à beira-mar plantado, talvez um modesto paraíso onde o turismo é ainda, apesar de tudo e antes de tudo, uma forma *sui generis* de saber receber que por vezes se mistura ou caldeia com os cosmopolitismos artificiais das grandes linhas anódinas do turismo que qualquer capital do mundo pode oferecer.

Seria inútil também falar do que tudo isto significa, em termos de contínuo acrescentamento da *terciarização* e com esta, no contexto da carência natural de riquezas economicamente relevantes, o que afinal pode ser o papel deste pequeno Portugal no Mundo e particularmente no seio de uma Europa que, querendo indubitavelmente afirmar-se, e com razão, uma *luz do mundo*, nem sempre se exprime pela dominância das luzes do espírito, isto é, nem sempre é a defensora iluminada da *res humanitas*.

Explicação Final

De uma forma concisa "Portugal - Uma Velha Geografia", é um pequeno texto sem grande aparato científico que foi escrito para ser lido como introdução a uma série de palestras para alunos de três Universidades estrangeiras que há vários anos atrás proferi no âmbito dos Programas Sócrates e Erasmus.

Naturalmente fiz-me acompanhar por uma série de diapositivos a cores que complementavam de uma forma também sintética uma ideia da variedade das paisagens e aspectos diversos de algumas das informações a que o texto de certo modo se referia.

No seguimento tentámos satisfazer algumas curiosidades e acentuei um ou outro pormenor que, quiçá, teria deixado pouco claro.

Os alunos eram de várias nacionalidades com predominância, como era de esperar, nacionais de dois dos três diferentes Países: Alemanha, Suécia e Itália. No 2º, li o texto em Inglês e no 3º em Francês. Na Alemanha, na Universidade de Tübingen, o texto foi lido e comentado em Português, por ter sido integrado num Seminário para estudantes Brasileiros. O texto agora dado à estampa sofreu todavia certos esclarecimentos e actualizações, mas não foi propriamente alterado. Não se integram as imagens utilizadas em projecções por motivos óbvios (custos de impressão e pelo facto de várias delas já serem conhecidas de outras publicações).

Explication Final

Avec ce titre «Portugal - Une vieille Géographie», cette version c'est un petit texte sans un grand appareil scientifique qui a été écrit pour être lu comme introduction d'une série de conférences pour des élèves de trois Universités étrangères: Tübingen, de l'Allemagne; Upsala, de la Suède; et Perugia, de l'Italie, que, il y a quelques années, j'ai du faire dans le système des Programmes Socrate et Erasmus.

Bien sûr, j'ai accompagné mon exposition avec une série de diapositifs colorés qui servait comme compléments de une forme aussi synthétique pouvait donner une idée de la variété des paysages et les divers aspects de quelques uns et des informations sur lesquelles le texte parlais.

Dans la séquence, nous avons tenter satisfaire aussi des curiosités, d'autres questions qui on me posait et que, peut-être, sur lesquelles je n'avais pas été suffisamment clair.

Les élèves étaient de plusieurs nationalités, avec prédominance, comme était normale, de deux des trois différent Pays. Dans le 2^{ème}, j'ai du lire en *Anglais*; dans le 3^{ème}, en *Français*; mais dans le premier, l'Allemagne, à l'Université de Tübingen, je l'ai fait en *Anglais*, mais aussi en *Portugais*, car ça a été traité dans un Séminaire pour des étudiants Brésiliens.

Le texte, ici imprimé, cependant, a reçu quelques retouches, mais il n'a pas été, a vrais dire, entamé.

Nous n'avons pas aussi, intégré dans le texte les images colorés, utilisées dans les projections par des

motifs évidents (les charges de l'empreindre) et parce qu'elles étaient nombreux et ont été déjà utilisés dans d'autres publications.

Final Explanation

Stated briefly "Portugal - An Old Geography", is a short paper with no major scientific pretensions. It was written to be read as an introduction to a series of lectures for students from foreign Universities, which I gave a few years ago as part of the Socrates and Erasmus programmes.

There was a series of colour slides to help to convey the idea of the different landscapes and vari-

ous aspects related to some of the information mentioned in the text.

Next I answered some questions and went over any details that may not have been clear.

The students were of various nationalities, but mostly came from Germany, Sweden and Italy, as might be expected. In the 2nd I read the text in English and in the 3rd in French. In Germany, at the University of Tübingen, the text was read and discussed in Portuguese, as it was part of a Seminar for Brazilian students. The text now sent for publication has been refined and updated, but it is basically the same. It does not contain the slide images for obvious reasons (printing costs and the fact that several of them may be known from other publications).